

Os Níveis Sociolinguísticos

Prof. HILDO HONÓRIO DO COUTO

RESUMO

O autor mostra que é razoável postular três níveis para o português falado em Londrina, de um ponto de vista sociolinguístico. No entanto, os resultados são aplicáveis ao português em geral e até à língua de qualquer comunidade linguística. Algumas tendências da sociologia reconhecem três níveis, alto, médio e baixo na estrutura da sociedade. Paralelamente, podemos postular os níveis A, B e C para a linguagem de uma comunidade. O nível A seria o ideal linguístico da comunidade é o tipo de linguagem digno de ser imitado como p. ex., a linguagem literária e a língua escrita de um modo geral bem como a linguagem falada em situações formais. O nível C é o extremo oposto. Ele é a fala das classes baixas urbanas e das comunidades rurais em geral. É, assim, uma variedade de linguagem estigmatizada, vitanda. O nível B, por outro lado, está a meio caminho entre ambas variedades linguísticas. Ele é o menos marcado sociologicamente. Sugere-se a aplicação da distinção feita a diversas questões linguísticas como, por exemplo, ao problema do "certo" e do "errado", ao ensino da língua vernácula, à definição da "norma linguística" e à conceituação das variações diatópicas e diastráticas. Por fim apresenta-se uma curta análise do português londrinense segundo os princípios acima apresentados.

ABSTRACT

The author shows that it is reasonable to postulate three levels for the Portuguese spoken in Londrina from a sociolinguistic point of view. The results are, however, applicable to Portuguese in general, as well as to the languages of most speech communities. As in some trends of sociology that recognize three levels in the social structure, we can postulate the sociolinguistic levels A, B and C, roughly equivalent to "upper", "middle", and "lower" classes. Level A corresponds to the linguistic ideal of a speech community; it is what is worth imitating - literary and written language in general and highly formal speech. Level C is the extreme opposite. It is the speech of urban lower classes and of the inhabitants of rural areas. Consequently it is a stigmatized variety of speech. Level B is halfway between both levels. Of all three it is the least marked sociologically. Some applications of the above distinctions are suggested, as for instance to the problem of "right/wrong", to the mother language teaching, to the definition of the "linguistic norm", and to the explication of diatopic and diastratic variations. Finally a short analysis of Londrina Portuguese is presented along the lines of the above principles.

1. INTRODUÇÃO

Fries e Pike (1949) mostraram que em uma comunidade homogênea coexistem vários sistemas fonêmicos. Apesar de eles se terem restringido ao aspecto fonêmico, suas idéias são muito estimulantes, sugerindo uma série de pesquisas até hoje ainda não encetadas. Quando pensei no presente trabalho pela primeira vez, minha intenção era testar as idéias discutidas por eles em uma comunidade brasileira. Mas, à medida que a idéia foi amadurecendo a concepção original foi se modificando até chegar ao problema da estratificação linguística ou, o que vem a dar no mesmo, à questão dos níveis linguísticos, ou sociolinguísticos como diz Preti (1974). Ora, a estratificação linguística (ou os níveis sociolinguísticos) está intimamente relacionada com a estratificação social, com as classes sociais. Portanto, faz-se necessário começar apresentando a questão do ponto de vista da Sociologia.

Há divergência entre os autores sobre o que seja "classes sociais". Alguns fazem uma distinção nítida entre "classe social" e "estrato social", como Sorokin (1947) e Stavenhagen (1971). Outros não distinguem os dois conceitos, como é o caso de Pin (1964). Quer chamem ao fenômeno de "estratificação social" ou de "classes sociais", todos são unânimes em afirmar que "Any territorial group, be it a village, a city, or a precinct, not to mention larger territorial units, has its local aristocracy, its intermediate strata, and its underdogs" (Sorokin, 1947, 282). Em outras palavras, todos concordam em que as comunidades apresentam uma diferenciação de níveis (ou estratos) sociais.

Divergência existe também quanto ao número de estratos que se podem identificar em cada comunidade. Sorokin (1947) acha que o número de níveis deve ser deduzido da própria estrutura da comunidade em estudo: para ele não há uma classificação universal, quer dicotômica, quer tricotômica, quer ainda uma outra qualquer. Em determinada comunidade encontraremos uma estratificação dúplice, em outra uma estratificação tríplice e assim por diante. Para discussão e bibliografia sobre o assunto, consulte-se Stavenhagen (1971).

Vários autores, principalmente entre os americanos e, entre les, especialmente os sociolinguístas, partem de uma distinção implícita de dois estratos ("high" e "low"), ou de três ("high", "middle" e "low"). Veja-se, a título de exemplo, Hensey (1969). No entanto, nenhum deles se preocupou com definir o que se

entende por esses conceitos, o que é “nível alto”, “nível médio” e “nível baixo”. O único autor em que encontrei uma classificação triádica dos níveis sociais explicitamente exposta foi Pin (1964).

Praticamente toda sua obra acima mencionada trata do problema da estratificação social tripartite. Inicialmente diz ele “... que se pode logicamente distinguir três ‘classes fundamentais’ em toda sociedade, repartida muito desigualmente e correspondente a uma situação objetiva muito específica” (op. cit. p. 28). Distingue dois tipos de níveis: o nível de poder e o nível de prestígio, sendo o primeiro determinado pela renda e pela profissão, e o segundo como tributário da profissão e da posição social (esta decorre muitas vezes das anteriores). Divide o nível de poder em mínimo e supramínimo. “Chamamos de mínimo o nível de poder que permite apenas a conservação do aparelho produtivo humano, a sobrevivência biológica. Se excetuarmos os doentes e inadaptados sociais de que se encarrega a sociedade, esse nível de poder fica reduzido, em geral, a uma capacidade profissional por meio da qual o indivíduo recebe o estritamente necessário para subsistir” (Id. ib. p. 93). Quanto ao poder supramínimo diz: “Os indivíduos e suas famílias — que gozam de um nível de poder **supra-mínimo**, isto é, aqueles cujos frutos da capacidade profissional não são todos necessários à subsistência diária, ou que gozam de reservas de algum tipo, dispõem de um “supérfluo” que a família pode utilizar em diversos fins, investir ou gastar em bens **supérfluos**”. Este poder supramínimo, por sua vez, se biparte, havendo “o que chamamos máximo e o que denominamos intermediário” (p. 103). “No caso do nível máximo, a situação da família é totalmente independente do papel e portanto, do **status** profissional obtido em dado momento. O nível de poder não depende de tal papel profissional; antes garante-o” (p. 104). “O nível **intermediário** pode ser definido em referência aos dois outros níveis: o indivíduo que o desfruta é capaz de empregar parte de seu tempo a fim de melhorar seu poder. Não é condenado a tudo utilizar para subsistir, como no caso do nível mínimo. Esse poder, no entanto, não é suscetível de prolongar-se por si mesmo, como no caso do nível máximo. No mais das vezes o **status** de poder intermediário se reduz à capacidade profissional”. “O nível intermediário é por excelência aquele em que se manifesta a mobilidade social ascendente” (p. 106).

Esses são os três níveis fundamentais para o autor. Eles não constituem apenas diferenças quantitativas. “Ao contrário, esses três níveis são diferenças qualitativas: no primeiro nível, o indivíduo sofre de uma impotência endógena; no último, goza de uma dominação também endógena, e no intermediário, desfruta da possibilidade de aumentar o poder” (p. 106).

Mas, como ficou dito antes, há também os “estratos de prestígio”, os quais “não dependem imediatamente e unicamente dos níveis de poder”. No entanto, estão intimamente relacionados, tanto que “Poderíamos chamar de “classes fundamentais” os estratos de prestígio baseados nos níveis fundamentais de poder” (p. 107), o que mostra que ao fim e ao cabo os níveis de poder e os níveis de prestígio confluem numa única estratificação, resultando no quadro seguinte:

estratos sociais { máximo
 intermediário
 mínimo

Toda argumentação de Émile Pin gira em torno desta visão tripartida dos níveis (ou estratos) sociais, que poderíamos também chamar respectivamente de A, B e C, ou **alto, médio e baixo**.

Partindo desta distinção triádica dos níveis sociais, pretendo mostrar a que correspondem, na linguagem de uma comunidade, estes níveis. Sendo a linguagem parte integrante da cultura de uma comunidade (Cf. Câmara, 1972), nada mais natural que ela apresente as mesmas características gerais dos outros fatos culturais. Assim sendo, a finalidade deste trabalho é tentar conceituar os níveis (ou estratos) lingüísticos alto, médio e baixo ou, A, B e C. Em seguida tentarei mostrar como se aplica à comunidade de Londrina esta tripartição sociolingüística, isto é, ocorrem (e em que proporção) todos os níveis sociolingüísticos nessa comunidade?

3. OS TRÊS NÍVEIS SOCIOLINGÜÍSTICOS

A estratificação lingüística de que se fala aqui também é tripartite e tem íntimas relações com a estratificação social, mas, como veremos, nem sempre há uma correspondência biunívoca entre estratos sociais e estratos lingüísticos. Apesar de se tratar de estratificação lingüística em termos sociológicos (ou pelo menos sociais), ao classificar uma dada variedade de linguagem de uma comunidade fá-lo-emos considerando a linguagem em si mesma. Este aspecto da questão ficará mais claro um pouco mais

adiante, quando tivermos definido os níveis sociolingüísticos.

Partindo da concepção apriorística de que uma língua se apresenta sempre estratificada socialmente em três níveis nitidamente distintos, de validade universal, podemos considerar como **nível alto** ou A de linguagem aquele considerado como o ideal lingüístico de uma comunidade. É o máximo de formalidade a que se pode chegar. Como ideal que é dificilmente é atingido plenamente, permanecendo como o nível a que se deveria chegar. Pode ser até que nunca chegue a ser atingido, principalmente na linguagem oral, mas haverá sempre um acordo tácito entre os membros da comunidade de que “o certo é assim, mas a gente fala tudo errado mesmo”. Em muitos casos pode ser até que ele só seja atingido na escrita e na sua derivada oral, a leitura. É a linguagem das pessoas instruídas, se bem que freqüentemente falantes pertencentes aos níveis B e C (sócio-econômico) não queiram conscientemente falar neste nível. Eu diria mesmo que as pessoas dos níveis sócio-econômicos A também não empregam normalmente este tipo de linguagem “alta”, ou A.

O **nível baixo** ou C é o extremo oposto do nível A. Isto é, o oposto do ideal lingüístico de uma comunidade. Em outros termos, o nível a que não se deve chegar, embora freqüentemente se chegue a ele, por ser denotador de condição social inferior. É, portanto, um tipo viado de linguagem. Trata-se da linguagem das pessoas menos instruídas, das analfabetas, embora freqüentemente até falantes de níveis superiores usem elementos dela, principalmente por brincadeira, ou para denotar descontração. No entanto há elementos de C que se evitam a todo custo, que são considerados formas estigmatizadas (Labov, 1974), como veremos mais abaixo. Enfim, é o máximo de informalidade a que pode chegar a linguagem de uma comunidade tomada como um todo.

Como termo médio entre os dois extremos há o **nível médio** ou **nível B**. Sendo médio, poderá conter tanto elementos de A quanto de C. É afetado pelos dois. Normalmente é o mais empregado pelos membros de uma comunidade lingüística, uma vez que com ele não se cai no ridículo por excesso de formalidade, nem se passa por inculto, ignorante, por excesso de informalidade ou por desconhecimento das formas ideais da linguagem. Estas podem colocar o falante em situação ridícula, de pedantismo, mas subjaz nos membros da comunidade o sentimento de que deve-

mos conhecê-las. Nós não as empregamos freqüentemente. Na fala talvez nunca as usamos, mas devemos sabê-las. Este conhecimento dará aos falantes uma autoconfiança que lhes permite se darem ao luxo de empregarem elementos de C quando lhes aprouver.

Enfim, poderíamos dizer que o nível A se realiza mais freqüentemente na linguagem escrita (se bem que nem todo escrito seja de nível A, como um bilhete, uma carta de uma pessoa semi-alfabetizada, etc.) e na sua derivada: a leitura. O nível C se realiza quase exclusivamente na fala (se bem que pode haver textos escritos numa linguagem desde estrato). O nível B também se realiza com muita freqüência na fala e talvez com freqüência igual na escrita. Seria necessário levantamentos estatísticos para se saber a proporção, que de resto pode variar de comunidade para comunidade.

As razões de a linguagem se apresentar estratificada são as mesmas da estratificação social, isto é, "a exigência enfrentada por qualquer sociedade de situar e motivar os indivíduos na estrutura social". Além disso "uma sociedade deve ter, em primeiro lugar, alguma espécie de recompensa que possa usar como incentivo e em segundo alguma maneira de distribuí-la diferencialmente de acordo com as posições. As recompensas e sua distribuição tornam-se uma parte da ordem social, e assim dão origem à estratificação" (Davis e Moore, 1971).

A distinção binária que alguns autores americanos pressupõem em suas obras me parece insuficiente, mesmo do ponto de vista lógico. De fato, como mostrou Peirce em um de seus ensaios semióticos, um primeiro em relação com um segundo determina um terceiro. No caso, A em relação com C determina B, as distinções binárias são freqüentemente insuficientes para cobrir a realidade dos fatos. Além desta "justificação lógica", podemos ver que em qualquer comunidade há o sentimento tácito do "ideal lingüístico", da "linguagem denotadora de condição social inferior" e o "meio-termo" entre os dois extremos. A proporção de um ou de outro em cada comunidade particular pode variar muito. Pode acontecer até que o estrato A só se realize numa meia dúzia de circunstâncias, ou até mesmo nem se verifique, como numa comunidade recém-fundada por rudes colonizadores sem líderes mais instruídos. Pode ser até que mesmo o estrato B se verifique numa proporção ínfima, havendo predominância quase total do estrato C. Mas nada disso importa. Uma comunidade

como a aqui referida é na realidade uma subcomunidade, ou melhor, aprte de uma comunidade maior, como por exemplo, uma nação. Nesta, tomada como um todo, é que se verificarão todos os níveis descritos.

Além dos argumentos apresentados acima em favor dos três níveis sociolingüísticos, toda e qualquer classificação é um recorte feito na realidade contínua com um sistema métrico (teoria) dado. Portanto, não se pode criticar a distinção tricotômica aqui defendida com base no apriorismo de resto existente em qualquer teoria. No caso, justifica-se a distinção tripartite não somente por ser a mais facilmente depreensível logicamente, mas também por que ela nos possibilita a solução de vários problemas relacionados com a questão "linguagem e sociedade". Para o caso brasileiro ela se aplica em condições ótimas.

Talvez seja necessário observar que aqui "alto", "médio" e "baixo" não contêm nenhum conteúdo ideológico, bem como A, B e C. Só foram usados devido ao seu emprego já tradicional em pesquisas sociológicas, ou melhor, sócio-econômicas. A distinção aqui proposta reflete uma visão eminentemente objetiva da realidade sociolingüística.

3.1 MOBILIDADE

Em Sociologia fala-se da mobilidade social vertical e horizontal. Na primeira distingue-se a mobilidade ascendente e a descendente (Cf. Pin, 1964). No estudo da linguagem em referência ao contexto social (como se faz aqui) fenômeno semelhante se verifica. No entanto, há uma diferença básica entre a mobilidade social vertical (ascendente e descendente) da Sociologia e a "mobilidade" lingüística, ou melhor, sociolingüística: em Sociologia, quando se fala em ascensão social significa-se com isso subida de nível social, passagem de um determinado nível para um nível superior, e a descida de nível, o contrário; em Sociolingüística parece tratar-se mais do fato de uma pessoa de um determinado estrato social empregar a linguagem de um nível superior, ou vice-versa. A diferença consiste em que, enquanto a ascensão (ou descensão) de nível social é mais duradoura, a "subida" (ou "descida") de nível lingüístico pode ser passageira (e freqüentemente o é); pode dever-se ao fato de o ambiente o facultar ou até mesmo torná-lo obrigatório. Além do mais, a ascensão social é sempre desejada, procurada conscientemente, enquanto que a descensão é indesejada e tenta-se evitá-la a todo custo. Já o uso de uma lingua-

gem superior à do nível do falante pode ser devido a uma obrigatoriedade situacional (situações formais, condição social do ouvinte, etc.), enquanto que o uso de uma linguagem inferior à própria do nível do falante é facultado pelo ambiente, portanto pode ser procurado conscientemente.

As possibilidades teóricas de "mobilidade" vertical em linguagem são as seguintes: elementos de A serem empregados em B e em C; elementos de B em C; elementos de C em B e em A; elementos de B em A (estes elementos podem ser sintático, morfológicos, fonológicos ou lexicais). Em gráfico teríamos:



Existe também o que poderíamos chamar "mobilidade horizontal", como fazem os sociólogos. Consiste ela na penetração de elementos típicos de uma região geográfica em outra, também em todos os planos (sintático, morfológico, fonológico ou lexical).

É interessante notar que no plano do estrato A quase se anulam as variedades diatópicas: em C elas se ampliam ao máximo; e em B elas já se fazem sentir, mas de maneira equilibrada. Em A há o mínimo de diferenciação regional; em C, o máximo de diferenciação regional; em B há um meio termo entre as duas tendências (Cf. "A perspectiva espacial" p. 20).

4. O CERTO E O ERRADO

Todos os membros da comunidade lingüística brasileira aceitam a idéia de que falam tudo errado. No entanto, nunca se preocupam se devem ou não modificar seu modo de falar. Continuam simplesmente falando como seus pais falavam e como seus filhos falarão. Para ser mais claro: os conceitos de "certo" e "errado" andam mal colocados.

De fato, se todos os falantes de determinada comunidade (inclusive as pessoas cultas) empregam sua língua de determinada maneira, não se pode tachar esta maneira de errada, uma vez que ela é aceita por todos. O que acontece é que devemos encarar o problema de outra perspectiva: no caso, a dos níveis lingüísticos A, B e C. A linguagem de um ofício deve ser formal, portanto de nível A. Se por um acaso encontrarmos

formas como “causo” (caso), “pobrema” (problema) e outras pertencentes ao nível C em texto de ofício, não se pode dizer que se trata de “erro”. Trata-se, isso sim, da presença de um elemento estranho em um organismo ao qual não pertence. Expressões como “nóis vai”, “cê tá bão?” numa sala de aula, por exemplo, também estão no mesmo caso, isto é, do uso de elementos em um determinado nível que lhe é superior. Em vez de falarmos de erro, devemos dizer que se trata da não pertinência daquele elemento ao nível em questão. Assim como não é pertinente o uso de um diálogo como

– Você trouxe-me o livro?

– Não. Trar-to-ei posteriormente – em um ambiente de nível lingüístico C (na zona rural, entre os caboclos, por exemplo).

Partindo dos três níveis lingüísticos aqui propostos teremos que admitir o tipo de linguagem de acordo com o ambiente. Não devemos exigir do caipira uma linguagem como a do diálogo supra, bem como não podemos admitir as expressões do nível C há pouco mencionadas em um ofício, ou em outra manifestação lingüística de nível A. Cada coisa em seu lugar. Tanto mais absurdo seria dizer simplesmente que o caipira, o caboclo ou o operário humilde das cidades e os favelados falam errado. Eles têm uma linguagem que lhes serve como meio de comunicação com perfeição. Tanto que não se sabe de casos em que dois caipiras de uma mesma região não se tenham entendido por falarem “errado”. Pode haver casos patológicos. Mas isso há nas sociedades mais sofisticadas. No caso do caipira brasileiro por exemplo, a língua inglesa não serviria sua comunidade tao bem quanto a sua serve, por mais rico que o Inglês seja. A linguagem caipira, como ela é, funciona tao bem na comunidade caipira como o Alemão na comunidade alemã, ou o Francês na comunidade francesa. Além do mais esta parte específica do nível C da língua portuguesa (a linguagem caipira) é tão beme estruturada quanto qualquer outra língua (Couto, 1974 a).

Devemos, portanto, deixar de lado a posição dogmática, ideológica, que visa impor uma norma de cima para baixo, e assumir uma atitude mais objetiva, científica, considerando as diversas maneiras de se expressar no âmbito da língua portuguesa como variantes, como estratos diversos do Português. Estas variações têm, cada uma, um ambiente específico, uma circunstância (ou situação) em que devem ser aceitas sem a pecha ideológica de “erradas”. É esta posição dogmática

e normativa que se deve culpar pelo surgimento do chamado **superurbanismo** (ou **hipercorreção**), que é como que ir além das formas “certas”, a preocupação dos falantes das classes inferiores em imitar as superiores. Com isso produzem formas como “malmita” (marmita), “galfo” (garfo), “melha” (meia), etc.

Na língua de uma comunidade não existem formas “certas” e “erradas” no âmbito das que são realmente empregadas pelos falantes. O que existe é a língua da comunidade, que pode se manifestar em seus níveis A, B e C, conforme a situação ou o ambiente.

5. O ENSINO DO VERNÁCULO

Quando se fala em não tachar o falar caipira de errado (considerado dentro de seu ambiente) pensam os puristas que se está propugnando por uma anarquia lingüística, em que os alunos podem redigir seus trabalhos como quiserem, usando a linguagem que empregam com os colegas na rua, ou com o padeiro. Mas, na verdade não é isso o que se propõe.

Na realidade os níveis C e B a maioria dos alunos já dominam, quer ativa, quer passivamente. Na escola, portanto, não se deve ministrá-los. É o nível A que os alunos devem receber. Assim, as redações, exposições orais, textos de um modo geral criados pelos alunos devem ser vazados numa linguagem formal. Do mesmo modo deve ser a linguagem do professor, pois ele é o modelo que os alunos irão imitar (se bem que a maioria dos professores usem quando muito uma linguagem média, B).

O alvo a ser atingido é, portanto, a linguagem A. Mas, não deve o professor levar isso a suas últimas consequências já nos estágios iniciais. O professor deve buscar o aluno onde ele está e não esperar que o aluno venha onde o professor está, para daí partirem juntos. Isto nos autoriza a aceitar elementos, formas, de B e até mesmo de C nestes primeiros estágios. A aquisição de A deve ir se processando paulatinamente nos estágios posteriores até se atingir o almejado nível A. Portanto, a supressão de formas de B e C deve se processar também aos poucos, à medida que o aluno vai adquirindo a norma culta (ou A). Nos últimos estágios (talvez já no fim do antigo ginásio ou começo do antigo colégio, isto depende de pesquisas de campo, cuidadosas e aprofundadas) já não se aceitarão em linguagem formal (redações, provas, exposições orais, etc.) os referidos elementos de C nem mesmo de B. Se esses elementos forem necessários diante do tema escolhido pelo aluno, devem vir

entre parênteses, isto é, marcados. Com isso fica claro que o aluno já sabe que aquelas formas não pertencem ao nível de linguagem (A) com que ele está lidando. Em síntese, quando já se dominam todos os níveis permite-se o uso de elementos de qualquer um deles nas circunstâncias mencionadas, mas se trata agora de uma escolha consciente.

Se bem que aqui não seja o lugar para se estabelecer as bases para um programa de Português, uma programação como a aqui postulada pressupõe alguns requisitos. Em primeiro lugar, o programa de ensino da língua deve ser um só desde quando o aluno entra na escola primária até quando sai da universidade. Em outros termos, deve haver uma continuidade programática e metodológica (apesar de se apreçoar que isto existe, não é verdade). Com isso, cada professor que for ministrar aulas em uma determinada etapa saberá o que os professores das séries anteriores deram. Evitar-se-ão assim repetições de matérias em séries consecutivas, bem como as lacunas de matérias não dadas, casos em que o aluno sai da universidade sem a ter visto porque o professor do estágio anterior deixou para o que viria depois dele, mas este pressupõe que aquele já a ministrara. Em segundo lugar, evitar-se-ão alguns inconvenientes que se pode ver a todo instante: cada estabelecimento de ensino tem um programa diferente e às vezes até cada professor do estabelecimento tem um programa diferente e uma metodologia diferente.

Nos estágios iniciais o professor aceita formas de C, nos intermediários, aceita algumas de B e ainda algumas de C, até chegar aos finais, em que só as formas de A serão aceitas. Assim procedendo, estará levando os alunos, no aprendizado do vernáculo, pelo caminho mais cômodo: partido do conhecido em direção ao desconhecido, do fácil ao difícil, do simples ao complexo.

6. A NORMA

Existem pelo menos dois conceitos de norma lingüística: uma norma impositiva, que impõe preceitos e cujo exemplo mais patente são as **gramáticas normativas**, e uma norma no sentido de “o que é consagrado pelo uso”. É claro que aqui só importa o segundo conceito: o de norma como aquilo que é consagrado pelo uso. Em outros termos, norma é o “como se diz” e não o “como se deveria dizer” (Coseriu, 1967).

Existe um projeto de estudo da “norma lingüística culta” brasileira, o qual está inserido no contexto de uma

pesquisa mais ampla que abrange o Português e o Espanhol da Europa e da América. Para comentários, informações e bibliografia, ver Bem Veiga (1971) e Castilho (1969), entre outros. Este projeto, no entanto, apesar do renome e da capacidade das pessoas que nele estão engajadas, contém algumas falhas de princípio. Por exemplo, consideram como norma culta a linguagem das pessoas cultas, o que é muito natural. No entanto, vão partir só da linguagem falada, e desta linguagem dificilmente se obterão, por exemplo, os ditongos tônicos **ei**, **ou** e **ai** seguido de **x**. Por outro lado, creio que não aceitarão uma linguagem em que ocorram estes fenômenos como linguagem culta. O que está acontecendo?

É que a norma culta seria só um dos estratos lingüísticos de uma sociedade. No caso, seria o estrato alto, A, isto é, o ideal lingüístico de uma comunidade, como vimos ao definir este nível. "Norma culta" no sentido em que os que trabalham no projeto entendem seria mais o estrato lingüístico B, o nível médio. Como nesse nível ocorrem fatos que não se pode tomar como cultos, somos levados a um impasse. Este impasse só pode ser superado se partirmos da estratificação lingüística tripartite aqui proposta. Assim procedendo, teríamos não uma só norma em uma comunidade (a brasileira no caso), mas três normas, correspondentes aos três níveis sociolingüísticos: uma norma A ou formal (alta), uma norma C ou informal (baixa) e uma norma B ou média. Tomando-se o conceito de norma no sentido de "como se fala" não há nada mais natural do que esta identificação das três normas, uma vez que correspondem a três modos de falar existentes em uma comunidade, e que resumidamente dão o seguinte esquema:

- a) norma formal (alta) ou A
- b) norma média ou B
- c) norma informal (baixa) ou C

No que se refere à "aceitabilidade" e à "gramaticalidade" de que nos fala Chomsky (1970), ocorre algo semelhante. Quando se fala que um enunciado é aceitável, é preciso dizer se é aceitável só em C, ou se nos níveis C e B, ou então se só em A ou, finalmente, nos três. Uma afirmação como — "O enunciado X é aceitável em Português" não é suficientemente clara, uma vez que não especifica em qual ou em quais níveis ele é aceitável. O mesmo se poderia dizer, *mutatis mutandis*, no que concerne à "gramaticalidade".

O próprio Chomsky pressentiu o problema ao falar em "graus de aceitabilidade"

de" e "graus de gramaticalidade": "Like acceptability, grammaticalness is, no doubt, a matter of degree, but the scales of grammaticalness and acceptability do not coincide" (Chomsky, 1970: 11).

Falando-se em norma, pensando-se só em A, ou mesmo na B, não estaremos caracterizando a comunidade lingüísticamente em sua inteireza. Afinal, todos os estratos coexistem com presença marcante e um estudo sociolingüístico de qualquer comunidade só será completo se descrever as três normas ou pelo menos, partir delas.

7. A PERSPECTIVA TEMPORAL

Os três níveis aqui identificados são estabelecidos no eixo das simultaneidades ou, dizendo de outra maneira, nos elementos da linguagem de uma comunidade simultaneamente dados. Faz-se um corte sincrônico na realidade dinâmica que é a língua em seu funcionamento e, dessa realidade estabelecem-se os três níveis (ou estratos) lingüísticos (ou sociolingüísticos). Isto não implica, no entanto, que nos estudos diacrônicos não devemos levar em conta os níveis sociolingüísticos. Pelo contrário, partindo deles muita coisa obscura, ou de difícil explicação torna-se mais clara.

Na romanização da Europa pelos latinos, na colonização da América por portugueses e espanhóis, pelo menos durante um certo tempo, só houve o nível C e o nível A. De um lado, a grande massa dos colonos rudes; de outro, o pequeno número dos administradores letrados, fiéis aos cânones lingüísticos da classe alta metropolitana. O nível B não existia. Só mais tarde, com a intensificação do tráfico lingüístico e com a ascensão de algumas camadas das classes inferiores é que foi surgindo um estrato B.

Observando-se o conjunto do léxico português, por exemplo, verifica-se que algumas palavras têm feição "erudita" e outras têm feição mais "popular". Se observarmos a língua portuguesa como um todo em suas vicissitudes históricas verificaremos que há uma explicação científica para isso. De fato, a linguagem arcaica dos trovadores não apresenta os latinismos tão freqüentes em Camões, que é clássico. Por quê? Obedecendo a uma tendência natural da época, Camões empregou uma linguagem altamente culta, A, introduzindo uma grande quantidade de latinismos. Os trovadores, por outro lado, empregavam uma linguagem mais popular, B, tendente a C. Este fato é significativo porque de

um modo geral as palavras existentes no Português de hoje com feição erudita foram introduzidas no nível A, isto é, de cima para baixo. As de feição popular, por seu turno, foram introduzidas mais pelo nível C ou pelo B e pertencem a um núcleo histórico comum, ao que há de mais genuíno na linguagem portuguesa. Penetraram, portanto, de baixo para cima. Como disse William Bright, o nível A inova mais nos aspectos mais conscientes da linguagem, enquanto que o nível C inova mais nos aspectos menos conscientes (Bright, 1974). Trata-se, mais ou menos, do que se pode chamar de "neologismos cultos" e "neologismos populares". (Parece não haver "neologismos médios" porque a classe média ora imita a alta, ora segue a baixa. Poder-se-ia dizer que o estrato B sanciona ou veta os neologismos, tanto de A quanto de C).

Quanto aos arcaísmos, o nível A é o que mais os contém, uma vez que se apóia na escrita e, portanto, acumula os dados com o passar do tempo. O nível C por outro lado, também é conservador, nas suas variedades rurais, regionais. Fora daí ele é bastante inovador. O nível B é conservador, mas não arcaizante. Só sanciona o que já existe, quer vindo de A, quer de B, bem como expurga o que A e C deixaram de empregar. Não lhe agradam muito as novidades. Mas, de um modo geral o nível A é mais arcaizante do que o nível C e o B.

A gíria se imiscui, com toda certeza, no nível C. Dificilmente ela atinge o nível A. Isto porque se trata de expressões da moda, dinâmicas, portanto estão mais associadas a este estrato. São usadas numa linguagem bem à vontade, descontraída, o que impede que se iniciem até mesmo por B. Um estudo sobre ela só seria válido dentro da perspectiva diacrítica aqui proposta.

Existe ainda o problema dos regionalismos, de que falarei brevemente no tópico seguinte e dos termos técnicos. Seriam estes últimos pertencentes ao nível C ou ao nível B ou ao A? Pelo simples fato de serem "técnicos", isto é, expressões freqüentemente criadas com a intenção de denominar uma coisa ou fenômeno qualquer, já podemos deduzir que estão no nível A ou, quando muito no nível B. Para termos uma certeza precisaríamos de amostragens, ou melhor, de listas exaustivas, de termos técnicos, a fim de agrupá-los por área semântica e, talvez, por sua gênese (como surgiram). Isso fugiria muito do objetivo aqui visado.

Resumindo esta parte, podemos dizer que o nível C é extremamente inovador,

dinâmico (inovações inconscientes). O nível A também inova, mas só nos planos mais conscientes da linguagem, como no lexical, porque de um modo geral ele é conservador. B simplesmente sanciona as inovações e os expurgos de C e de A. O nível C em suas bases, como no caso dos regionalismos, é arcaizante, devido à pouca intensidade de comunicação. O nível A é arcaizante em todos os aspectos devido ao grande compromisso com a tradição acumulada através dos tempos e plasmada nos documentos escritos. B, por seu turno, não aprecia muito os arcaísmos nem aceita logo as inovações. Preocupa-se com estar "na moda", mas nunca é o primeiro a inovar.

8. A PERSPECTIVA ESPACIAL

Como já foi dito, também da perspectiva espacial temos que levar em conta os níveis sociolinguísticos. Por exemplo, temos que dar conta dos subsistemas regionais, da linguagem rural por oposição à citadina em uma dada região, a variedade lusitana e a brasileira e assim por diante.

Qualquer pessoa, por menos instruída que seja, sabe que um cearense fala diferente de um mineiro, que este fala diretamente de um gaúcho, que o gaúcho fala diferente dos dois anteriores. Enfim, qualquer uma pessoa está consciente das variedades regionais do Português (variedades diatópicas). Dentro da visão tricotômica dos níveis sociolinguísticos acontece o seguinte, em relação a estas variantes diatópicas: o nível C é o que apresenta maiores variações, justamente por ser mais dinâmico, mais informal. O nível B já apresenta um pouco menos de variações, enquanto que o nível A é o que apresenta menos variações, chegando até mesmo a anulá-las inteiramente.

Aqui entra outra questão muito debatida durante muito tempo, chegando até mesmo a acirradas polêmicas (Cf. Cunha, 1970) e que é a questão da variante lusitana e a brasileira do Português. Paralelamente ao que acontece com Inglaterra e Estados Unidos, com Espanha e Argentina, por exemplo, trata-se, como já disse, de duas variantes da mesma língua. Só que se trata de variantes de tipo especial. No nível C as diferenças chegam até mesmo a impedir a comunicação. No nível B as diferenças se esmaecem um pouco e a comunicação entre dois falantes pertencentes a cada uma das variedades já se faz razoavelmente bem, mas não como se faria entre dois falantes de duas variedades brasilei-

ras entre si. No nível A, por seu turno, as variações diminuem ainda mais, principalmente se levarmos em conta que há uma tendência no Brasil a considerar como norma culta (ou norma A) brasileira a mesma que vigora em Portugal, o que é um absurdo. Muito mais objetivo é admitirmos que existe diferenciação entre o Português Brasileiro e o Português Lusitano, mesmo no nível A, mas trata-se, neste nível, de diferença de pormenores, não de essência, pois no fundo são uma e a mesma língua. A diferença entre as variedades regionais do Português do Brasil e deste como um todo em relação ao Português de Portugal é mais de grau. Naquelas até mesmo no nível C a comunicação se realiza com relativa facilidade, até chegar ao nível A em que praticamente não há variações. Nestas as variações vão desde a quase impossibilidade de comunicação no nível C, passando por uma possibilidade de comunicação já razoável (nível B) até chegar ao nível A em que a comunicação não apresenta maiores problemas, estabelece-se com grande facilidade, uma vez que as diferenças são mais de detalhes. Creio que no nível A a diferença entre o Português do Brasil e o de Portugal é muito menor do que a existente entre alguns dialetos de várias línguas européias, para não falar das asiáticas. Até mesmo no nível B talvez isto seja verdade.

Resta ainda uma questão: a da linguagem rural por oposição à citadina. Levando-se o sistema geral como um todo, isto é, o Português Brasileiro, em consideração, não podemos falar em nível A da linguagem rural. Esta variedade pertence somente ao nível C. Assim sendo, não há muita diferença entre a linguagem de um camponês e a de um operário citadino, ambas pertencem ao nível C. Portanto, os graus de formalidade só existem dentro da linguagem citadina, mesmo quando considerada juntamente com a rural circunjacente. Os níveis B e A existem nas condições já definidas anteriormente. Portanto, a relação entre a linguagem citadina e a rural de uma dada região é de inclusão, isto é, a linguagem rural faz parte das variedades C da linguagem urbana ou pelo menos é uma das manifestações do nível C da linguagem desta região. O motivo para isto não é nada ideológico; acontece que a linguagem existe para a comunicação e, nas cidades, devido à maior densidade populacional, ela se estabelece com mais intensidade, razão pela qual é sempre a cidade que dita normas, raramente o contrário.

9. A LINGUAGEM LONDRINENSE

Vejamos agora o que se verifica na cidade de Londrina em relação aos três níveis sociolinguísticos.

É um fato por demais sabido que Londrina é uma cidade nova, com cerca de quarenta anos somente. Assim sendo, sua população é em grande parte constituída de emigrantes de outras regiões do Brasil e até mesmo do exterior (Japão, por exemplo). É, portanto, uma sociedade bastante heterogênea, se tomada como um todo.

A pesquisa foi feita por cerca de duzentos alunos sob minha orientação. Entrevistamos 20 informantes considerados representantes típicos da comunidade local pelas técnicas desenvolvidas pela Dialetologia. Foram assim distribuídos por nível sócio-econômico: 8 do nível C, 8 do nível B e 4 do nível A. O motivo para se entrevistarem só quatro informantes do nível A é óbvio: este nível é o mais formal, universalizante, não oferecendo a linguagem londrinense praticamente nada de especial, no que concerne a ele, dentro do Português Brasileiro como um todo. De cada informante foi feita uma gravação em fita magnetofônica de cerca de duas horas, perfazendo aproximadamente quarenta horas de fala. Como nenhum informante do nível sócio-econômico A usou uma linguagem que pudesse ser considerada ideal linguisticamente para a comunidade londrinense, tivemos que recorrer a outros expedientes. Pedimos-lhes que lessem textos literários e jornalísticos e fizemos a análise a partir da gravação da leitura. Este (a leitura) é um recurso linguístico a que se deveria dar mais atenção.

A análise do material foi feita quase só do ponto de vista fonológico. O que daí foge, como por exemplo, alguns dados sobre Morfosintaxe, só é aduzido a título de reforço dos dados fonológicos. É claro que se faz necessário completar a pesquisa não só estendendo-a aos outros itens (Léxico, Sintaxe, p.ex.), mas também aprofundando mais os dados fonológicos e morfofonêmicos.

Um dos aspectos mais interessantes para serem averiguados da perspectiva sociolinguística (níveis) é o das estruturas silábicas (padrões silábicos), com dados estatísticos. Assim sendo, de um total de cerca de 7.000 sílabas para cada

nível sociolinguístico o resultado para as estruturas silábicas, em porcentagem, foi o seguinte:

Padrão	Nível A	Nível B	Nível C
CV	59,8%	61,9%	61,2%
CVC	12,7	8,9	7,0
CCV	8,2	5,8	5,6
V	7,5	7,1	17,1
CVS	5,6	5,8	6,1
VC	5,1	10,1	2,6
CCVC	0,6	0,2	0,2

Note-se que o padrão CV é um pouco mais freqüente nos níveis B e C do que em A. As estruturas que contêm grupos consonantais pré-silábicos também diminuem, de freqüência de A até C. Além disso, um outro fato interessante é que as sílabas com consoante pós-vocálica também tendem a ser mais freqüentes em A do que em B e mais freqüentes em B que em C. Os ditongos (CVS) são mais freqüentes nos níveis inferiores. A alta porcentagem de VC no nível B pode ser casual.

O número de sílabas estudadas não é suficiente para conclusões definitivas, mas de qualquer maneira os dados são interessantes uma vez que foram deduzidos por vários grupos de alunos e houve uma concordância muito grande na proporção das porcentagens obtidas por cada grupo.

Dentro dos grupos consonantais a proporção de ocorrência foi a seguinte, de um total de 260 sílabas para cada nível:

Grupo cons.	Nível A	Nível B	Nível C
/tr/	28,2%	21,8%	23,8%
/pr/	16,7	27,1	33,8
/br/	12,4	11,0	19,5
/kr/	8,1	4,4	4,7
/fl/	7,1	0,5	0,0
/kl/	5,7	3,0	0,4
/fr/	5,2	0,5	2,3
/gr/	4,3	10,2	7,1
/pl/	3,8	3,3	1,9
/bl/	2,8	0,8	0,4
/dr/	2,3	13,2	5,2
/tl/	1,9	0,0	0,0

Temos aí comprovada estatisticamente a repugnância que as classes menos favorecidas sentem por grupos consonantais que tenham como C₂ (segunda consoante) a consoante /l/, como em /bl/,

/pl/, /fl/, etc. Alguns não ocorrem nem uma vez nos níveis mais baixos, como /fl/ com 0,0% de ocorrência em C, /kl/ e /bl/ com 0,4% também em C, e /tl/ com 0,0% de ocorrência tanto em C quanto em B. De um modo geral, todos os grupos consonantais que têm /l/ como C₂ apresentam freqüência decrescente de A, passando por B, até C. Como se sabe da prática diária, é símbolo de condição inferior o emprego de /r/ onde o nível A empregaria /l/. Desta maneira o uso de /r/ nestas circunstâncias seria um exemplo de forma estigmatizada de que nos fala Labov. O contrário, isto é, o emprego de /l/ é um exemplo de forma de prestígio, segundo o mesmo Labov (1974).

No nível A, especificamente, ocorreram outros grupos consonantais, embora em pequena proporção, que não se verificaram nem uma vez em C e muito raramente em B. É o caso de grupos como /pt/, /ps/, /ks/ e outros. Só ocorrem em linguagem altamente formal. Em linguagem média (B) e informal (C) sua ocorrência é praticamente zero. A solução que se dá quando se tem que empregar palavras como "psicologia" é o que tradicionalmente se tem chamado suabácti (inserção de uma vogal para desfazer o grupo estranho. (Cf. Couto, 1974 b).

No caso específico do emprego de /r/ por /l/ é digno de nota ainda quando em posição pós-vocálica. Em A, como é natural, não houve nem uma ocorrência. Em B também não. Em C, no entanto, apesar de os informantes assumirem uma atitude um tanto formal devido à circunstância (gravador, presença de estranhos, instruídos, etc.) houve alguns casos de "troca" (na realidade não se trata de troca, mas do equivalente do nível C para o que se emprega em B e em A), mesmo sendo todos eles londrineses natos, isto é, nascidos na cidade e não na zona rural. É de se presumir que em sua fala descontraída, em sua casa, com os colegas, empreguem sempre /r/ em final de sílaba. Mas trata-se de uma suposição que poderá ser desmentida por uma pesquisa mais aprofundada, com mais tempo e maiores recursos.

Os ditongos fonéticos /ey/, /ow/ e /ay/ do nível A ocorreram quase sempre como monotongos /e/, /o/ e /a/ no nível B e 100% em C, nas circunstâncias estudadas em Couto (1974 b). Neste item específico não foi possível uma quantificação exata, mas a evidência dos dados nos leva a esta conclusão. Isto é, a presença constante dos referidos ditongos só se verifica no nível formal de linguagem (nível A), uma vez que em B só

ocorrem de vez em quando e, em C, inexistem totalmente.

Outros fatos que não são propriamente de Fonologia, mas que devem ser aflorados são os que se seguem, embora não tenham sido quantificados.

Em C há uma ausência quase total de -s de plural nos determinados. Sua presença se restringe aos determinantes. Daí serem comuns formas como "Os menino", etc. Até mesmo em B isto ocorreu, embora só como fatos isolados. Em A, como é natural, não houve nenhum caso; a marca de plural ocorre em todas as palavras flexionáveis em número.

O -r dos infinitivos dos verbos também falta totalmente em C. Em B seu emprego não chega a 50%. Sua presença constante é, praticamente, índice de nível A, pois é só aí que ele ocorre normalmente. Daí se conclui que sua ausência não é tida como marca de desprestígio, não é uma forma estigmatizada. A ausência do -s comentada no parágrafo anterior é muito mais desprestigiada do que a do -r. Tanto naquele como neste caso o fato ocorre quase só em C.

Um item muito interessante e que não tem merecido a devida atenção dos estudiosos é o da Tonicidade (ou Acentuação Tônica). Vejamos alguns dados estatísticos para tirarmos nossas conclusões (o número de palavras por nível foi cerca de três mil):

Nível	Oxítonas	Paroxítonas	Proparoxítonas
A	22,6%	63,0%	14,3%
B	36,2	60,3	3,3
C	29,7	68,0	2,2

Como se vê a preferência do nível C é pelas paroxítonas e oxítonas. Nas paroxítonas atinge mais alta taxa em relação aos outros níveis sociolinguísticos. As proparoxítonas, por seu turno, só apresentam uma freqüência razoável (em relação aos outros padrões acentuais) no nível A. Aqui não se trata de formas de prestígio e formas estigmatizadas. É que de um modo geral as proparoxítonas têm, como se poderia dizer de uma maneira não muito científica, um certo cunho erudito. Em geral são termos técnicos ou relativos à vida moderna cidadina. Talvez por isso mesmo em B seu uso não seja tão freqüente como em A. Para mais comentários, ver Couto (1974 b).

Não vou entrar no âmbito da gramática, mas talvez valesse a pena citar alguns casos de concordância típicos de C.

Típicos porque não foram constatados nem em B nem muito menos em A. Trata-se de construções como "Nóis vai", "Os menino foi", etc. Sem dar muita ênfase ao tópico, poderíamos dizer que aqui só o sujeito contém as marcas de pessoa e número, uma vez que o verbo tende a ser inflexível, como ocorre em Inglês, por exemplo. Esta é uma forma muito desprestigiada. Só ocorre em C.

Antes de terminar esta parte gostaria de acrescentar mais alguns exemplos de formas características de determinado nível sociolinguístico. As formas gerundiais "amano", "vendo", "partino" ocorrem quase 100% em C e com relativa frequência também em B. Em A estão totalmente ausentes. "Num" (não) é "né" também são muito frequentes (talvez em condição de igualdade) em B e C. Totalmente ausentes em A. Formas como "quarquê" (qualquer), "drento" (dentro), "ponhá" (pôr), "vévi" (vive) e "causo" (caso) são exclusivas de C, embora não sejam de uso muito frequente. "Tá", "tô", etc., por "está" e "estou" ocorrem sempre em C (100% de frequência) e também em B. Em A estão ausentes totalmente. Muitas delas são, portanto, formas estigmatizadas.

Vemos assim que no que concerne a Londrina, formas típicas exclusivamente do nível A são, praticamente, os grupos consonantais /pt/, /ps/, /ks/ por nunca ocorrerem em B nem muito menos em C; a presença constante dos ditongos /ey/, /ow/ e /ay/ e uma taxa relativamente alta (em relação aos outros dois níveis) de proparoxítonas. Embora devamos lembrar que quanto a este nível (A) praticamente não há diferenças de uma região do Brasil para outra. Típicas exclusivamente de C são todas as formas estigmatizadas (ver supra), enquanto que típicas de B são as formas ausentes em A mas que não são estigmatizadas, como os ditongos mencionados (monotongados), a ausência do -r de infinitivo, etc.

De qualquer maneira é interessante notar que em Londrina não há um abismo diastrático. Isto é, com poucas exceções, quase tudo que ocorre em C ocorre também em B, e quase tudo que ocorre em A ocorre também em B. O que talvez nos autorizasse a concluir que há uma tendência a um nível sociolinguístico médio, ou a uma nivelção sociolinguística, que de resto nunca se realizaria plenamente como se pode ver a propósito dos níveis sociais em Davis e Moore (1971), ao mostrarem a necessidade da estratificação.

É claro que todas estas conclusões, que talvez possam se modificar com o

acréscimo de mais dados, estão baseadas nos dados colhidos na pesquisa anteriormente mencionada. Portanto, todos os informantes são londrinenses natos, cujos pais são também londrinenses ou de regiões circunjacentes a Londrina. Portanto, o fato de haver imigrantes de diversas regiões do Brasil e de diversas partes do mundo em alta porcentagem e que têm um comportamento linguístico diferente do aqui estudado não altera as conclusões.

Sei que a pesquisa não foi o suficiente aprofundada, mas ficam aqui estas poucas conclusões como sugestão para os especialistas e para as autoridades responsáveis pela cultura brasileira a fim de que façam algo mais minucioso não só em Londrina, mas em todas as comunidades brasileiras.

10. CONCLUSÃO

Creio que a necessidade da estratificação linguística, ou melhor, da distinção dos três estratos sociolinguísticos, ficou suficientemente patenteada. No que tange à estratificação social em geral Davis e Moore (1971) mostraram muito bem sua necessidade. Apesar das várias opiniões quanto ao número de estratos a serem depreendidos, vários autores partem de uma visão tripartite (nível alto, médio e baixo), como faz Émile Pin (1964). Segui este ponto de vista e tentei mostrar a utilidade dos três níveis sociolinguísticos sob vários aspectos.

Em primeiro lugar vimos que aquilo que vulgarmente chamamos "certo" e "errado" em linguagem está muito mal colocado, não está suficientemente objetivado, uma vez que se trata mais de um preconceito social, se assim podemos dizer. Em vez de "erro", no sentido popular, tratar-se-ia mais da não pertinência de determinada forma de expressão a determinado nível linguístico.

Em segundo lugar, o ensino do vernáculo, que tem sido vítima de vários exageros: por um lado o excesso de normativismo, exigindo do aprendiz uma linguagem inteiramente artificial, por outro lado, um excesso de "modernismo" que pensa que se pode "ensinar" na escola a mesma linguagem que se usa em um campo de futebol, por exemplo. A perspectiva dos três níveis permitiu colocar as coisas nos seus devidos lugares.

Intimamente relacionado com o problema do ensino há o da norma, e este é o terceiro item que esta tricotomia diastrática deixa claro. Em realidade não há uma só norma, mas três normas (A, B e

C) e quando se fala em aceitabilidade de uma construção (como fazem os gerativistas) deve-se esclarecer em que nível, ou níveis, ela é aceitável. O mesmo se pode dizer da gramaticalidade.

Em quarto lugar atribuiu-se um lugar adequado às novas aquisições e às perdas de elementos na linguagem, isto é, ficou mais bem localizado o problema dos neologismos e os arcaísmos, bem como das gírias. Enfim, mesmo o aspecto dia-crônico, dinâmico da linguagem fica mais objetivado.

A questão das variantes geográficas também tem cabida aqui. Como vimos, as variações vão em um crescendo desde o nível A até chegar ao máximo no nível C, em que pode haver até incomunicação, como no caso do nível C do Brasil e de Portugal.

Por fim fiz algumas considerações sobre a realidade sociolinguística de Londrina e tentei mostrar como os três níveis se realizam nesta comunidade. O nível mais empregado é o médio, uma vez que a única experiência que os falantes têm com o nível A é quase só com a escrita e devido ao fato de mesmo os informantes do nível sócio-econômico C terem uma linguagem que se aproxima muito da de B. De qualquer maneira a comunidade londrinense, como qualquer outra comunidade linguística, experimenta os três níveis sociolinguísticos.

Creio que os argumentos apresentados foram suficientemente convincentes para mostrar a necessidade da distinção dos três níveis sociolinguísticos em qualquer comunidade de falantes. O que se faz necessário e, agora, um programa de âmbito nacional, patrocinado pelo governo, de descrição destes três níveis de linguagem no que se refere ao Português do Brasil e, finalmente, um acordo entre Portugal e Brasil no sentido de se fazer um estudo da norma A do Português Geral.

BIBLIOGRAFIA

- ARAGÃO, M. do Socorro. Sistema, norma e fala em termos regionais. In: *Interrelacionamento das Ciências da Linguagem*. Rio de Janeiro, Gernasa, 1974.
- BEM VEIGA, Albino. Projeto de estudo da norma linguística culta de algumas das principais capitais do Brasil. In: *Littera*, 3:1971.
- BIDERMAN, M.A. A formação de um padrão linguístico nacional. *Revista de Cultura Vozes*, 8: 1973.

- BRIGHT, William. Introduction: the dimensions of sociolinguistics. In: BRIGHT, og. *Sociolinguistics*. Hague, Mouton, 1966.
- . Dialeto social e história da linguagem. In: FONSECA, M.S.V., & NEVES, M. F., orgs. *Sociolinguística*. Rio de Janeiro. Livraria Eldorado Tijuca, 1974.
- CABRAL, Leonor S. Variantes do Português em estabelecimentos de ensino. *Letras Hoje*, 3: 1969.
- CÂMARA, Jr., MATTOSO, J. Língua e Cultura. In: ---. *Dispersos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- CASTILHO, Ataliba T. A descrição do Português culto. *Letras Hoje*, 3: 1969.
- . O estudo da norma culta do Português do Brasil. *Revista de Cultura Vozes*, 8: 1973.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MIT Press, 1970.
- COSERIU, Eugenio. Sistema, norma y habla. In: ---. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid, Editorial Gredos, 1967.
- COUTO, Hildo Honório do - a) *O Falar Capelinhense*. Londrina, 1974 s (inédito).
b) "Algumas tendências fonológicas do Português", Comunicação lida no XII Seminário do GEL. Assis. 1974 b.
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970.
- DAVIS, Kingsley & MOORE, Wilbert E. Alguns princípios de estratificação. In: BERTELLI et alii. *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- ELIA, Sílvio. Unidade e diversidade fonética do Português do Brasil. In: ---. *Ensaio de Filologia*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1963.
- FERGUSON, Charles A. Diglossia. In: FONSECA & NEVES, 1974.
- FISCHER, John L. Social influences on the choice of linguistic variants. *Word*: 1958.
- FRIES, Charles C. & PIKE, Kenneth L. Coexistent phonemic systems. *Language*: 1949.
- FROELICH, Paulo A. O problema dos níveis de fala. *Revista de Cultura Vozes*, 8: 1973.
- HEAD, Brian F. O estudo do "R - caipira" no contexto social. *Revista de Cultura Vozes*, 8: 1973.
- HENSEY, Fritz. O sociolinguismo da fronteira sul. *Letras Hoje*, 3: 1969.
- LABOV, William. Estágios na aquisição do inglês standard. In: FONSECA & NEVES. 1974.
- NIEPOLD, Wulf. *Sprache und soziale Schicht*. Berlin, Verlag Volker Spiess, 1971.
- PIKE, Kenneth L. *Phonemics*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1971.
- PIN, Émile. *As classes sociais*. São Paulo, Duas Cidades, 1964.
- PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala*. São Paulo, Ed. Nacional, 1974.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris, Payot, 1971.
- SOROKIN, Pitirim A. Social stratification. In: ---. *Society, culture and personality*. New York, Harper & Brothers, 1974. cap. 15.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação social e estrutura de classes. In: BERTELLI et alii, 1971.
- VANDRESEN, Paulino. Tarefas da sociolinguística no Brasil. *Revista de Cultura Vozes*, 8: 1973.

ESTÁGIOS DO YOGA

Para se alcançar a plena iluminação Yoga são necessários oito estágios gradativos:

I - Yama, ou morte do desejo; aqui a alma aceita as restrições do ahimsa e do Brahmacharia, abandona o auto-interesse, emancipa-se de tudo que é material e deseja o bem de todas as coisas.

II - Niyama, fiel observância de certas regras preliminares para o Yoga: limpeza, contentamento, purificação, estudo e piedade.

III - Asana, postura; o alvo é aqui a supressão de todos os movimentos e sensações; o melhor asana consiste em cruzar as pernas, segurar os dedos grandes dos pés, inclinar a cabeça sobre o peito e fixar os olhos na ponta do nariz.

IV - Pranayama, ou domínio da respiração: com este exercício o aspirante pode esquecer tudo, salvo respirar, e assim preparar o espírito para o vácuo que deve proceder à absorção; ao mesmo tempo aprenderá a viver com um mínimo de ar; fica em estado de poder ser enterrado por muitos dias sem que nada lhe aconteça.

V - Pratyahara, abstração;

aqui o intelecto controla todos os sentidos e retira-se de todos os objetos percebidos sensorialmente.

VI - Dharana, ou concentração - a identificação, ou ocupação do intelecto e dos sentidos com um só objeto, excluindo-se tudo mais.

VII - Dhyana, ou meditação: é uma condição quase hipnótica, resultante do Dhrana; pode ser produzida, diz Paranjali, pela persistente repetição da sílaba Om. E finalmente chegamos ao cume do Yoga com o

VIII - Samadhi, ou contemplação estática, mesmo os últimos pensamentos desaparecem do cérebro; e, assim vazio, o intelecto perde a consciência de si próprio como se separado; funde-se na totalidade e alcança a divina compreensão de "todas" as coisas no Um. Palavra nenhuma pode descrever aos não iniciados esta condição; nenhuma inteligência pode formulá-la; "só através do Yoga pode o Yoga ser conhecido".

Will Durand, História da Civilização, 2a. parte, tomo II, p. 71-72.